



Delta Informa



Informativo do Sindicato dos Delegados de Polícia e da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal

De 16 a 22 de outubro de 2015 - Edição nº 018

Encontro de delegados em Brasília debate melhorias e avanços para a polícia judiciária

O Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CONCPC) realizou nos dias 13 e 14 de outubro um encontro com diretores-gerais da Polícia Civil de cada estado brasileiro, entidades de classes e deputados. O Fórum Nacional das Entidades Representantes dos Delegados de Polícia (Fonaed) participou da 45ª reunião ordinária, promovido no clube da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Adepol-DF), no Setor de Clubes Sul.



O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepol), Dr. Benito Tiezzi, e Dr. José Werick, presidente da Adepol-DF, representantes das Entidades Inte-

gradadas, receberam as autoridades policiais e entidades pela primeira vez na capital. O evento também contou com a participação do delegado Eric Seba, presidente do CONCPC e diretor-geral da PCDF.

Para o presidente da Adepol-DF, o encontro foi fundamental para montar estratégias. “Debatemos assuntos importantes, como o Ciclo Completo, o registro civil único e a polícia unificada”. O delegado adiantou que a ideia é realizar esse encontro em todos os estados do país.

O Delegado Eric Seba argumentou que o encontro foi fundamental para o fortalecimento das polícias visando o bem comum da sociedade. “Nós estamos saindo daqui hoje com novas concepções, novos caminhos, novas estratégias de modernização que vão com certeza trazer benefícios à população brasileira como um todo. Não só DF.”

A Delegada Marilda Pansonato, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, considerou a reunião como um grande passo. “Tivemos as entidades de classe, os chefes de polícia, delegados-gerais, e assim podemos trilhar o mesmo caminho, ter as mesmas ideias, as mesmas demandas”. Para ela, há um fortalecimento da polícia judiciária a partir do momento em que se unem e há uma convergência de ideias e de esforços.

Já a presidente da Adepol do Rio Grande do Norte, Dra. Ana Claudia Saraiva



Gomes, explicou que esse encontro serviu para discutir as propostas que hoje estão em tramitação no Congresso Nacional que alteram o sistema de segurança pública e fortalece a polícia judiciária. “Essa reunião possibilita estritamente o diálogo de ideias para a discussão das propostas já existentes no sentido de aperfeiçoá-las para que venham a atender os anseios da sociedade”, disse.

O deputado federal Celso Russomano (PRB/SP) também participou do en-

contro. O parlamentar debateu assuntos relacionados às polícias judiciárias e algumas propostas de emenda à Constituição (PECs), como a 430, 431 e 443.

A Polícia Federal esteve bem representada. O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Ribeiro, considerou “um avanço” o encontro realizado. “Reunir entidades e polícias Civil e Federal é importante para avançar na integração”, comentou.

+ www.adepolsindepo.org.br

Polícia Civil lança gibi e três mascotes que tratam da proteção às crianças



A Polícia Civil do Distrito Federal lançou um gibi em forma de livro de colorir e três mascotes em um evento comemorativo ao Dia das Crianças, na Agepol, Clube dos Policiais Civis.

Os policiais Charlie e Juliete e a viatura Vítor são personagens do gibi que vai tratar de temáticas como proteção às crianças, aos animais, violência doméstica e contra a mulher, prevenção de drogas, entre outros. Por meio de ações da Polícia Civil, esse material vai ser levado à sociedade, às escolas e comunidades carentes.

O objetivo é, por meio das histórias dos personagens, aproximar as pessoas da organização e mostrar que, além da investigação, o trabalho da Polícia Civil inclui prevenção e esclarecimento.

“ Com as revistinhas temáticas, a gente alcança o público infantil e o público adulto ”

Delegado Eric Seba,
Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal

Advertências à militarização da ideia de segurança pública

Após um amplo debate com a sociedade brasileira, a Constituição da República de 1988 definiu que às polícias civis, dirigidas por bacharéis em direito que são os delegados de polícia estruturados em carreira, compete a função de polícia judiciária e a apuração das infrações penais (art. 144, parágrafo 4º). O mesmo dispositivo, logo adiante, atribui às polícias militares o policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública (parágrafo 5º).

Pese o texto constitucional – que certamente não é gratuito –, ao argumento de que as polícias todas devem realizar o chamado ciclo completo de investigação, há tempos ouvimos vozes enganosas. Pede-se a supressão das reservas constitucionais, com o que poderia a lei ordinária, eventualmente, dispor que também os militares passarão a apurar crimes ocorridos na vida civil.

Tristemente pouca, nossa memória. Resultado de uma grande mobilização civil pela democratização do país, a Constituição de 1988 adverte-nos quão perigoso é atribuir a militares investigações estranhas ao seu universo próprio. Invocar indevidamente o exemplo de países de vida institucional estável – que não viveram as ditaduras que contaminaram a América Latina – não seria minimamente ilustrativo ou lúcido.

Infelizmente, as organizações militares, entre nós, nunca estiveram conformadas ao que o direito lhes reserva. Mesmo hoje, estão entre as forças que querem subtrair à ação da justiça crimes cometidos contra a humanidade. Quando erram ou falham, são também refratárias a responder perante o sistema civil de justiça criminal. Querem, ainda agora, uma justiça somente para si próprias, formada à sua feição e semelhança, negan-

do-se a prestar contas à justiça que serve a todos, indistintamente. Paradoxalmente, no entanto, reclamam investigar crimes não militares, interrogando e investigando civis, fechadas em seus quartéis.

Ora, uma instituição militar não é estruturada a partir da formação jurídica de seus quadros. Não é voltada à cultura do direito enquanto um valor em si mesmo. Aliás, o quartel é uma fortaleza fechada sobre si própria que existe se e enquanto for inexpugnável. Tudo, nele, é a mais precisa antinomia em face da ideia publicística que funda a construção histórica do direito processual. Estamos, pois, diante de conceitos absolutamente antagônicos.

Instituto Brasileiro de Ciências
Criminais - IBCCRIM

Veja o artigo completo no site
www.adepolsindepo.org.br

Destques na mídia



2ª DP
→

Estuprador em série é preso pela Polícia Civil. Confirma o vídeo do momento da prisão

Mesmo após passar 21 anos na cadeia pelo mesmo crime, o agressor voltou a atacar ao menos seis mulheres em diferentes regiões do DF. Ele será apresentado nesta quinta-feira (15/10)



DPCA
←

Polícia prende homem acusado de abusar de garoto em Ceilândia

Prisão ocorreu na manhã desta quinta-feira (15/10). Homem era amigo de longa data da família



14/10/2015 15h17 - Atualizado em 14/10/2015 15h33

Polícia do DF fecha 3 casas de jogos, autua 16 e apreende 40 caça-níqueis

Homem afirmou já ter perdido mais de R\$ 2,5 milhões em apostas. Perícia constatou que equipamentos foram fraudados, diz delegado.



Policiais apreendem 40 máquinas caça níqueis no Park Way e em Ceilândia

Na operação, policiais detiveram 16 pessoas. De acordo com o delegado responsável pela ação, Victor Dan, os jogos ilegais servem de fachada para crimes mais graves

↑
11ª DP

Notas

Convocação

Na terça-feira (20/10) será realizada uma reunião com as delegadas interessadas em participar do livro digital que será lançado com o apoio das Entidades Integradas. a proposta é que as delegadas escrevam contos vividos durante a carreira na polícia. Marque na sua agenda: 20/10, as 20h, no clube da Adepol (Setor de Clubes Sul).

Faça parte desta história!

Atenção!

Se você tem sugestão para o projeto Papo com Delegado, mande para o e-mail imprensa@adepolsindepo.org.br.





A página **Quero ser Delegado**
no Facebook já passou
de 3 mil curtidas!

Convide seus amigos para aumentar
este número ainda mais
e fique por dentro!

#Queroserdelegado

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho

Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi

Diretor de Comunicação: Dr. Ronney Augusto Matsui Araujo

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Elijonas Maia e
Taynara Melo

Designer gráfico:
Gabriel Silva

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepodf>

Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>

Twitter: @AdepolSindepodf

E-mail: imprensa@adepolsindepodf.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068

SINDEPO-DF (61) 3234-0575